

16 — Detentor do curso de “Formação Pedagógica de Formadores” e monitor de ações de formação na Direção-Geral do Tribunal de Contas e nas Secções Regionais dos Açores e da Madeira do Tribunal de Contas, no Instituto Nacional de Administração, no Instituto de Gestão e Administração Pública — IGAP, e em diversos serviços da Administração Pública, nas áreas da fiscalização sucessiva, contabilidade, auditoria, prestação de contas e controlo interno.

Nota curricular de João José Branco Cordeiro de Medeiros

1 — Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1986.

2 — Auditor-Chefe da UAT I (controlo prévio e concomitante, bem como controlo sucessivo — autarquias locais e setor empresarial local) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência dos Planos Trienais 2011/2013, 2008/2010, 2005/2007 e 2002/2004.

3 — Auditor-Chefe da UAT I (controlo prévio e concomitante) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em regime de substituição, de 17 de julho de 2000 a 31 de dezembro de 2001.

4 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas (Secção Regional dos Açores).

5 — Técnico Superior do quadro de pessoal da Secretaria Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, de 5 de fevereiro de 1987 até dezembro de 1999.

6 — Adjunto do Subsecretário Regional da Comunicação Social, de 1 de dezembro de 1988 a 17 de abril de 1989.

7 — Secretário-Geral da Empresa de Eletricidade dos Açores, E. P., de 18 de abril de 1989 a 26 de novembro de 1990.

8 — Chefe do Gabinete do Secretário Regional da Economia (de 27 de novembro de 1990 a 28 de outubro de 1992).

9 — Chefe do Gabinete do Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (de 29 de outubro de 1992 a 15 de janeiro de 1993) e Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (de 16 de janeiro de 1993 a 9 de novembro de 1996).

Nota Curricular de Alberto Miguel Faria Pestana

1 — Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Ingressou na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em fevereiro de 1992, como Técnico Superior.

3 — Entre dezembro de 1995 e novembro de 1997, integrou a assessoria do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e, a partir de então e até maio de 2000, exerceu as funções de adjunto do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

4 — Exerceu, em comissão de serviço, entre julho de 2000 e dezembro de 2001, as funções de Auditor-Chefe da Unidade de Apoio Técnico (UAT) III do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira. Seguidamente, e até novembro de 2003, exerceu funções, em regime de requisição, no Departamento de Auditoria IV.1 da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

5 — Entre janeiro de 2004 e janeiro de 2009, desempenhou, em comissão de serviço, as funções de Auditor-Chefe da UAT III do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira.

6 — Detém a categoria de Auditor e exerce, em comissão de serviço, desde janeiro de 2009, as funções de Auditor-Coordenador.

207488195

Despacho (extrato) n.º 74/2014

Por Despacho de 17 de dezembro de 2013, do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, foi concedida à licenciada Fernanda Cabrito Nunes, técnica superior do mapa de pessoal desta Direção-Geral, a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, pelo período de 2 anos, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2013.

19 de dezembro de 2013. — A Subdiretora-Geral, *Márcia Vala*.

207487758

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Deliberação (extrato) n.º 3/2014

Por deliberação do Plenário Ordinário do Conselho Superior da Magistratura, de 03 de dezembro de 2013, foi a Dra. Ana Maria Pereira de Moura Resende, Juíza Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa, nomeada Inspetora Judicial, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de três anos, nos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.º 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

18 de dezembro de 2013. — O Juiz-Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

207484833

Deliberação (extrato) n.º 4/2014

Por deliberação do Plenário Ordinário do Conselho Superior da Magistratura, de 03 de dezembro de 2013, foi o Dr. Paulo Jorge Tavares Fernandes da Silva, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Guimarães, nomeado Inspetor Judicial, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de três anos, nos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.º 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

18 de dezembro de 2013. — O Juiz-Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

207484793

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 5/2014

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 10 de dezembro de 2013:

Dr.ª Ana Celeste Catarrilhas da Silva Evans de Carvalho, Juíza de direito, destacada como Juíza auxiliar na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul — nomeada Juíza desembargadora da Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul.

Os efeitos deste provimento estão condicionados à obtenção do cabimento de verba por parte da respetiva entidade processadora de vencimentos.

Prazo para a posse: 5 dias.

13 de dezembro de 2013. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

207484663

Deliberação (extrato) n.º 6/2014

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 10 de dezembro de 2013:

Dr.ª Fernanda de Fátima Esteves, Juíza de direito, destacada como Juíza auxiliar na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte — nomeada Juíza desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr.ª Catarina Alexandra Amaral Azevedo de Almeida e Sousa, Juíza de direito, destacada como Juíza auxiliar na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte — nomeada Juíza desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul.

Os efeitos deste provimento estão condicionados à obtenção do cabimento de verba por parte da respetiva entidade processadora de vencimentos.

Prazo para a posse: 5 dias.

13 de dezembro de 2013. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

207484744